Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Mutunópolis-GO

CONCURSO PÚBLICO

RECEPCIONISTA

CADERNO DE QUESTÕES

22/11/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 13
Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e Município de Mutunópolis/GO	14 e 15
Conhecimentos Específicos	16 a 40

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Cultivando alegria e paz.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.

2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.

3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.

4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões **01** e **02**.

Texto 1

Horóscopo do dia de hoje para Áries
Confira a previsão para 12 de setembro

O dia traz novidades nos relacionamentos, com encontros inesperados e amizades fortalecidas, mas atenção às possíveis frustrações. Cuidados com a mente e emoções à tarde. No amor, boas surpresas até o meio-dia podem evoluir para algo especial, mas seja cauteloso à noite. Aproveite o potencial do dia!

Disponível em: https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/horoscopo/signos/aries/?utm_source=clipboard. Acesso em: 12 set. 2026.

QUESTÃO 01

Considerando as marcas linguísticas, a organização composicional e o propósito comunicativo do texto, a principal função do gênero a que ele pertence é

(A) informar o leitor sobre fatos verificáveis, com base em dados objetivos e fontes especializadas, típica do gênero notícia.

(B) narrar episódios cotidianos protagonizados por pessoas comuns, com o objetivo de entreter e emocionar, típica do gênero crônica.

(C) orientar o leitor sobre condutas e atitudes ao longo do dia, combinando previsão e aconselhamento em linguagem acessível e tom persuasivo, típica do gênero horóscopo.

(D) defender uma tese sobre a influência dos astros na vida humana, refutando argumentos céticos com base em evidências empíricas, típica do gênero artigo de opinião.

QUESTÃO 02

No texto, o ponto de exclamação empregado na frase final cumpre a função de

(A) expressar a surpresa do astrólogo diante das previsões que apresenta ao leitor.

(B) transformar o conselho final em uma ordem categórica.

(C) marcar o encerramento do texto e sinalizar que o assunto não admite continuação.

(D) reforçar o tom de aconselhamento e incentivo.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **03** e **04**.

Texto 2

O spa brasileiro que quer ensinar seus hóspedes a desacelerar

Com programas temáticos, alimentação planejada e atividades de atenção plena, o Lapinha spa busca ensinar hábitos que permanecem após a hospedagem

Em meio a uma rotina marcada por excesso de compromissos, telas e estímulos constantes, o descanso passou a ser um desafio. Para muitas pessoas, não basta apenas interromper a rotina por alguns dias, mas buscar experiências capazes de reorganizar hábitos e criar uma pausa real no cotidiano. É nesse contexto que a Lapinha Spa, localizada em Lapa, no Paraná, construiu sua proposta. Com 53 anos de história, o espaço combina medicina do estilo de vida, alimentação planejada, atividades físicas, práticas contemplativas e contato com a natureza em uma experiência voltada ao cuidado do corpo e da mente.

Instalada em uma fazenda de 550 hectares, em uma área preservada de Mata Atlântica e Araucárias, a Lapinha propõe uma mudança de ritmo desde os primeiros momentos da estadia. A atenção, antes concentrada em compromissos e notificações, passa a ser direcionada aos detalhes do ambiente. Os diferentes sons dos pássaros ao longo do dia, os aromas das plantas do jardim, como lavanda, cipreste e alecrim, e os caminhos percorridos durante as atividades.

A lógica do espaço é que o bem-estar seja construído a partir de uma combinação de pequenos hábitos. Caminhadas, alimentação equilibrada, sono adequado e momentos de contemplação fazem parte de uma rotina estruturada para estimular uma relação mais consciente com o próprio corpo.

Disponível em: https://exame.com/casual/o-spa-brasileiro-que-quer-ensinar-seus-hospedes-a-desacelerar/. Acesso em: 12 set. 2026.

QUESTÃO 03

O texto apresenta a proposta de um spa que se insere em um contexto contemporâneo de excesso de estímulos e dificuldade de descanso. Considerando a articulação entre esse contexto e a experiência oferecida pela Lapinha, a finalidade central de sua proposta é

(A) oferecer aos hóspedes um período de férias com atividades recreativas e entretenimento variado, priorizando o lazer como forma de escape da rotina.

(B) proporcionar uma experiência que ensine hábitos saudáveis, integrando corpo e mente com a natureza, de modo que os efeitos permaneçam após a hospedagem.

(C) promover tratamentos estéticos e procedimentos médicos de alto padrão, com foco na aparência física dos hóspedes e na correção de padrões corporais.

(D) criar um ambiente de isolamento da tecnologia, no qual os hóspedes abandonem suas rotinas e responsabilidades e rompam com o cotidiano.

QUESTÃO 04

No título “O spa brasileiro que quer ensinar seus hóspedes a desacelerar”, a palavra destacada sintetiza a proposta central do texto. Do ponto de vista da formação de palavras, essa forma verbal resulta de um processo de formação denominado como

(A) derivação prefixal, pois o prefixo des- se agrega ao verbo acelerar, acrescentando-lhe o sentido de oposição ou inversão da ação.

(B) derivação sufixal, pois o sufixo -ar forma um novo verbo a partir do radical desaceler-, sem que haja acréscimo de prefixo.

(C) derivação parassintética, pois prefixo e sufixo são acrescentados simultaneamente ao radical aceler-, inexistindo a forma intermediária acelerar.

(D) composição por aglutinação, pois os elementos des- e acelerar se fundem em uma única unidade lexical, com alteração fonética e novo sentido.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **05** e **06**.

Texto 3

O novo embate entre cantores e a IA: quem tem o direito à própria voz?

Artistas americanos processam plataforma popular acusada de copiar vocais sem autorização

É impressionante a quantidade de músicas hoje geradas por inteligência artificial, uma “habilidade” cada vez mais facilitada pelas ferramentas disponíveis. Uma das que vêm chamando atenção no mercado é a americana Suno, que dispõe de robôs especializados nesse tipo de “composição”. Os sistemas dela são capazes de montar canções em segundos. O negócio virou um fenômeno. Há quatro anos no mercado, possui 100 milhões de usuários e está sendo avaliada em 5,4 bilhões de dólares. A startup está agora no centro de uma grande polêmica com artistas e gravadoras, sendo acusada de, na prática, abrir as portas para que as pessoas criem faixas mimetizando com recursos digitais as vozes de grandes estrelas — sem pagar os devidos direitos autorais.

Um processo movido por músicos americanos, liderados pelo cantor country Jason Isbell, exige que a Suno impeça o uso indevido das vozes dos artistas. A empresa negou que viabilize esse tipo de criação dizendo que sua missão é “ajudar pessoas a criarem músicas novas e originais”. Para os autores do processo, contudo, as barreiras que o aplicativo oferece para impedir a clonagem das vozes famosas são fáceis de burlar. Um exemplo citado: a ferramenta não gera músicas se o nome de um artista é digitado no comando — basta, contudo, soletrar o nome do mesmo artista com espaço entre cada letra para que o programa aceite a ordem. Imagens anexadas ao processo mostram o resultado de um prompt com o nome de Isbell. Além de imitar a composição e as guitarras acústicas do artista, a faixa recriou o sotaque country e sua característica voz suave.

Disponível em: https://veja.abril.com.br/cultura/o-novo-embate-entre-cantores-e-a-ia-quem-tem-o-direito-a-propria-voz/. Acesso em: 12 set. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 05

O texto apresentado pertence ao campo jornalístico-midiático e tem como propósito comunicativo informar o leitor sobre um conflito contemporâneo envolvendo inteligência artificial e direitos autorais. Considerando a organização dos parágrafos, a seleção lexical e o modo como as informações são encadeadas, a sequência textual que predomina no texto é a

(A) narrativa, pois o texto relata uma sequência de acontecimentos protagonizados por artistas e empresas, com personagens definidos, conflito e desfecho.

(B) expositiva, pois o texto apresenta um fenômeno, contextualiza o conflito e organiza informações factuais para ampliar a compreensão do leitor.

(C) descritiva, pois o texto caracteriza o funcionamento da plataforma Suno, seus recursos técnicos e os efeitos sonoros produzidos.

(D) injuntiva, pois o texto orienta o leitor sobre como proceder para evitar a clonagem de vozes e proteger os direitos autorais dos artistas.

QUESTÃO 06

No trecho “A empresa negou que viabilize esse tipo de criação dizendo que sua missão é “ajudar pessoas a criarem músicas novas e originais”. Para os autores do processo, contudo, as barreiras que o aplicativo oferece para impedir a clonagem das vozes famosas são fáceis de burlar”, o elemento coesivo destacado estabelece, entre os enunciados, uma relação de

(A) adição, somando a posição dos autores do processo à defesa apresentada pela empresa.

(B) conclusão, indicando que a facilidade de burlar as barreiras é consequência da missão da empresa.

(C) oposição, contrapondo a versão da empresa à argumentação dos autores do processo.

(D) explicação, justificando por que a empresa nega viabilizar a criação de músicas com vozes clonadas.

Leia o **Texto 4** para responder às questões **07** e **08**.

Texto 4

Dependência tecnológica, um problema de saúde pública

Os estímulos oferecidos pela indústria do entretenimento têm o objetivo de nos manter conectados a ela o tempo todo. O desejo de todo canal de TV, por exemplo, é o de que permaneçamos ligados à programação enquanto estivermos acordados — e, se pudermos deixar a televisão sintonizada enquanto dormimos, ótimo. As inúmeras empresas com atuação na internet são pautadas pela mesma estratégia. O Facebook, por exemplo, pretende se confundir com a própria rede de informações. Seu fundador, Mark Zuckerberg, disse há alguns anos que buscava manter os usuários conectados à plataforma por todo o período em que estivessem plugados à internet — idealmente, o dia inteiro. (...) Como estabelecer o ponto em que a conexão se torna sinal de dependência e deve ser tratada? Na Coreia do Sul, o sistema de saúde pública atende a "viciados em internet". Reportagem da BBC Brasil informou que outros países, como Austrália, China, Itália e Japão, também "reconhecem oficialmente o problema". Nos EUA, como aponta a mesma reportagem, a iniciativa privada aproveitou-se da situação: diversas clínicas de reabilitação oferecem programas para adolescentes cujos pais queiram afastar os filhos do "vício", que em alguns casos equivale a 20 horas diárias. (...) O escritor americano Michael Brody, membro da Associação Americana de Psiquiatria Infantil e Juvenil, foi incisivo em sua análise da dependência ao falar à revista Educação. De acordo com ele, o desenvolvimento cognitivo é afetado pelas redes sociais por criar "muito foco no consumo e no dinheiro", por despertar "a sensação de que às vezes se é deixado de fora (abandonado) por colegas" e por abrir espaço ao bullying "sem oferecer recursos para lidar com isso".

Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2018/03/26/dependencia-tecnologica-um-problema-de-saude-publica/. Acesso em: 13 set. 2026.

QUESTÃO 07

O texto defende a tese de que a dependência tecnológica constitui um problema de saúde pública. Para sustentar esse ponto de vista, o(a) autor(a) mobiliza diferentes estratégias argumentativas. Considerando a seleção e a articulação dos elementos presentes no texto, o tipo de argumento que predomina é o de

(A) evidência, pois o(a) autor(a) se apoia em exemplos de países, dados numéricos e citações de fontes reconhecidas para comprovar a gravidade do problema.

(B) autoridade, pois o(a) autor(a) recorre à fala de especialistas para validar sua tese, sem apresentar dados ou exemplos concretos.

(C) senso comum, pois o(a) autor(a) retoma crenças amplamente partilhadas pela sociedade para convencer o leitor da existência do vício em internet.

(D) lógica dedutiva, pois o(a) autor(a) parte de premissas gerais sobre a indústria do entretenimento para chegar a conclusões particulares sobre os usuários.

QUESTÃO 08

No trecho "Na Coreia do Sul, o sistema de saúde pública atende a '<u>viciados em internet</u>'", o emprego das aspas, no contexto em que se insere, constitui um recurso enunciativo que revela uma tomada de posição do(a) autor(a). Considerando as funções que as aspas podem assumir no discurso, esse recurso, nesse trecho, cumpre o papel de

(A) sinalizar que o termo é empregado com reservas, indicando que se trata de uma designação cuja validade ou adequação está em discussão no debate sobre dependência tecnológica.

(B) introduzir uma citação direta de outro texto, cuja fonte é explicitada no parágrafo anterior, conferindo credibilidade à informação acerca do debate sobre dependência tecnológica.

(C) marcar o uso de uma expressão técnica consagrada no campo da saúde pública, cujo sentido é pacífico e aceito pelos especialistas no tema da dependência tecnológica.

(D) ironizar a adoção de políticas públicas de saúde na Coreia do Sul, sugerindo que o país trata a dependência digital de forma exagerada e pouco científica quando o tema é dependência tecnológica.

RASCUNHO

QUESTÃO 09

Leia o texto a seguir.



Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1194548898702646&set=a.640857774071764&locale=pt_BR. Acesso em: 13 set. 2026.

O efeito de humor na tirinha pode ser explicado pela presença da

(A) elipse do termo cardápio na fala do cliente, que omite a informação de que a salada é um item do menu, e não um pertence do cozinheiro.

(B) homonímia entre os termos “chef” e “chefe”, que possuem pronúncia e grafia semelhantes, mas significados diferentes, causando o mal-entendido.

(C) polissemia da palavra salada, que pode significar tanto um prato culinário quanto uma mistura de ingredientes, gerando confusão no pedido.

(D) ambiguidade da expressão “salada do chef”, que, em razão da contração “do” (de + o), pode indicar tanto autoria, quanto posse.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Disponível em: https://professorjunioroliveira.blogspot.com/2025/11/simulado-i-lingua-portuguesa-3-ano-do.html. Acesso em: 13 set. 2026.

Na tirinha, a resposta do tigre (Hobbes) explora um jogo linguístico com a palavra “pronome”, todavia, a resposta dada pelo tigre não corresponde à definição gramatical dessa classe. Considerando o funcionamento dos pronomes na língua portuguesa, essa classe de palavras caracteriza-se por

(A) nomear seres, objetos e lugares, atribuindo-lhes existência autônoma no discurso e funcionando como núcleo dos sintagmas nominais.

(B) substituir ou acompanhar o substantivo, indicando as pessoas do discurso ou retomando termos já mencionados, com função referencial e coesiva.

(C) modificar o verbo, indicando circunstâncias de tempo, modo e lugar, e funcionando como termo acessório que amplia o sentido da oração.

(D) ligar orações ou termos de uma mesma oração, estabelecendo relações de sentido e funcionando como elemento de conexão sintática.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO
Questões de 11 a 13

QUESTÃO 11

Os quadrigêmeos A, B, C e D são diferenciados por roupas de cores distintas: azul, vermelho, verde e preto. Uma nova babá começou a trabalhar hoje e a mãe, amante de lógica, combinou de espalhar cinco bilhetes pelo quarto dos bebês. A mãe alertou que apenas um dos bilhetes continha uma afirmação verdadeira. No bilhete 1 estava escrito: “C está de vermelho”. No bilhete 2 estava escrito: “B não está de vermelho”. No bilhete 3 estava escrito: “D está de vermelho”. No bilhete 4 estava escrito: “A não está de verde”. No bilhete 5 estava escrito: “A está de preto”. Qual bebê está vestindo azul?

(A) A.

(B) B.

(C) C.

(D) D.

QUESTÃO 12

Em um supermercado, 100 g de tomate custam R$ 1,00; 250 g de pepino custam R$ 2,10; 200 g de batata-doce custam R$ 1,05; e 500 g de carne moída custam R$ 35,06. Qual é o valor total de uma compra de 300 g de tomate, 350 g de pepino, 520 g de batata-doce e 2 kg de carne moída?

(A) R$ 128,71.

(B) R$ 138,51.

(C) R$ 148,91.

(D) R$ 158,41.

QUESTÃO 13

Uma turma do Ensino Médio está construindo uma sequência de quadradinhos dispostos em fila, em que cada lado corresponde a um palito. Para o primeiro termo da sequência, composto por 1 quadradinho, foram usados 4 palitos. Para o segundo termo, composto por 2 quadradinhos com um lado em comum, foram usados 7 palitos. Para o terceiro termo, composto por 3 quadradinhos, foram usados 10 palitos; e para o quarto termo, foram usados 13 palitos. Quantos palitos serão necessários para construir uma fila com 676 quadradinhos?

(A) 1987.

(B) 2029.

(C) 2462.

(D) 2704.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E MUNICÍPIO DE MUTUNÓPOLIS/GO
Questões de 14 e 15

QUESTÃO 14

Goiás é o sétimo maior estado do país, ocupando uma área de aproximadamente 340 mil quilômetros quadrados. Situado na região Centro-Oeste, ele faz divisa com os estados do Tocantins, da Bahia, de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. É composto de 246 municípios e circunda o Distrito Federal, exceto no extremo sudeste deste. Em seu território, nascem drenagens que alimentam as bacias de três importantes rios. Juntas, essas bacias ocupam. uma área total de 2.431.980,91 quilômetros quadrados. Desse espaço, 340.070,75 quilômetros quadrados estão localizados em Goiás, o que representa 13,98% do total. Quais são esses três rios?

(A) Paranaíba, Corumbá e Aporé/Peixe.

(B) Paranã, Bezerra e Montes Claros.

(C) Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná.

(D) Meia Ponte, Almas e Padre Souza.

QUESTÃO 15

Goiás une ecoturismo de destaque nacional, forte herança histórica e rica biodiversidade do Cerrado em suas regiões turísticas. Chapadas, águas termais, rios, lagoas e cachoeiras atraem turistas de todas as regiões brasileiras e do mundo. No nordeste goiano, em um parque municipal, há uma cachoeira com a queda livre entre 168/169 metros. Que cachoeira é essa?

(A) Cachoeira Santa Bárbara, no município de Cavalcante, GO.

(B) Cachoeira Loquinhas, no município de Alto Paraíso, GO.

(C) Cachoeira do Segredo, na Chapada do Veadeiros, GO.

(D) Cachoeira Salto do Itiquira, no município de Formosa, GO.

RECEPCIONISTA
Questões de 16 a 40

QUESTÃO 16

No exercício da função pública, a atuação dos agentes deve observar princípios éticos que orientam a defesa do interesse coletivo. Quando o agente público utiliza sua função para priorizar interesses particulares em detrimento do interesse público, sua conduta viola o princípio da

(A) impessoalidade.

(B) superioridade.

(C) prevalência.

(D) subordinação.

QUESTÃO 17

A ética no serviço público orienta a conduta dos agentes públicos e contribui para o exercício responsável de suas funções. Nesse contexto, promover a ética no serviço público significa

(A) reconhecer valores pessoais como referência para orientar a conduta dos agentes públicos.

(B) estabelecer condições pessoais adequadas ao exercício responsável das funções públicas.

(C) favorecer o conhecimento e a observância dos padrões de conduta estabelecidos para a sociedade.

(D) pautar a atuação do agente público em conceitos absolutos de bem e de mal definidos pela sociedade.

QUESTÃO 18

A ética no serviço público orienta a atuação dos agentes e contribui para a qualidade e a legitimidade das ações administrativas. Nesse contexto, a ética no serviço público

(A) é dispensável quando as normas administrativas orientam adequadamente a prestação dos serviços públicos.

(B) constitui uma questão pessoal, sem interferência na atuação dos servidores em suas funções públicas.

(C) permite priorizar resultados administrativos, independentemente dos princípios éticos aplicáveis à função pública.

(D) contribui para a confiança da população nas instituições, fortalecendo a integridade e a transparência administrativas.

QUESTÃO 19

A conduta ética no serviço público orienta a atuação dos agentes públicos e estabelece padrões de comportamento voltados ao interesse coletivo. Nesse contexto, constitui uma premissa da conduta ética na função pública

(A) servir aos gestores públicos, ainda que isso implique tratamento inadequado aos colegas e aos cidadãos atendidos.

(B) priorizar o atendimento aos cidadãos que mais contribuem para a arrecadação de tributos e impostos públicos.

(C) divulgar os atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais relacionadas à segurança, à investigação e ao interesse público.

(D) permitir a formação de filas e a demora no atendimento sempre que houver tarefas internas pendentes no setor público.

QUESTÃO 20

A Administração Pública brasileira passou por diferentes formas de organização e gestão ao longo de sua evolução, acompanhando mudanças nas estruturas e nas relações entre Estado e sociedade. Nesse contexto, constituem modelos de gestão pública:

(A) reformista, burocrático e privatizado.

(B) patrimonialista, burocrático e gerencial.

(C) gerencial, aristocrático e federativo.

(D) fundamentalista, patrimonialista e governamental.

QUESTÃO 21

Um cidadão comparece a um órgão público e solicita acesso a informações relacionadas às atividades administrativas da instituição. Considerando as disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI), o acesso às informações públicas deve ser

(A) restrito aos cidadãos que demonstrem interesse direto na informação solicitada.

(B) condicionado à apresentação de justificativa específica sobre o motivo da solicitação.

(C) permitido mediante autorização judicial previamente apresentada pelo cidadão.

(D) irrestrito, sendo o sigilo uma exceção que deve observar as hipóteses legais.

QUESTÃO 22

Um cidadão solicita a um órgão público informações e documentos relacionados às atividades administrativas da instituição. Considerando os direitos assegurados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), o acesso à informação compreende o direito de

(A) acesso aos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, inclusive aquelas relativas a exercícios anteriores.

(B) abertura imediata de boletim de ocorrência para apurar o desaparecimento de documentos públicos objeto da solicitação de acesso à informação.

(C) divulgação integral de informações parcialmente sigilosas e de publicação de dados de interesse coletivo exclusivamente em *sites* oficiais na internet.

(D) acesso a informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 23

Um cidadão comparece a um órgão público e requer acesso a determinada informação de interesse público. Considerando as disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI), o acesso a esse tipo de informação é garantido

(A) aos funcionários públicos que apresentem interesse na informação solicitada.

(B) aos órgãos e às entidades integrantes da Administração Pública federal.

(C) a qualquer pessoa interessada, observadas as hipóteses legais de restrição.

(D) aos governadores e prefeitos no exercício de suas respectivas funções públicas.

QUESTÃO 24

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece a publicidade como regra e prevê hipóteses específicas de restrição ao acesso. Nesse contexto, para os fins da referida lei, considera-se informação sigilosa aquela que é

(A) submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

(B) relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, independentemente de sua disponibilidade ou classificação legal.

(C) produzida ou acumulada por órgãos públicos, independentemente de sua classificação ou possibilidade de acesso.

(D) utilizada para produção e transmissão de conhecimento, independentemente do meio, suporte ou formato em que esteja registrada.

QUESTÃO 25

Um cidadão requer a um órgão público o acesso a informações que envolvem dados pessoais mantidos pela Administração Pública. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) sobre a anonimização de dados pessoais, considera-se anonimizado o dado

(A) relativo ao titular que tenha sido submetido a processo criptográfico seguro e irreversível durante seu tratamento.

(B) relativo ao titular que não possa ser identificado por meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

(C) considerado não pessoal, salvo quando o processo de anonimização puder ser revertido mediante meios próprios ou esforços razoáveis.

(D) pessoal sensível que tenha sido submetido ao processo de anonimização, sendo tratado pela LGPD como categoria equivalente aos dados anonimizados.

QUESTÃO 26

Um cidadão requer a um órgão público o acesso a informações que podem envolver dados pessoais. Diante dessa situação e considerando as normas aplicáveis ao tratamento dessas informações pela Administração Pública, além da segurança, constituem princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) o(a)

(A) consentimento, o bloqueio e a adequação.

(B) finalidade, a adequação e a necessidade.

(C) tratamento, a anonimização e a eliminação.

(D) livre acesso, a prevenção e o consentimento.

QUESTÃO 27

Durante o atendimento telefônico ao cliente, o profissional deve adotar uma postura cordial, empática e atenciosa, contribuindo para que o interlocutor se sinta valorizado e bem atendido. Nesse contexto, caracteriza-se como uma boa prática de atendimento telefônico manter o ritmo

(A) adequado durante a comunicação e utilizar boa dicção para facilitar a compreensão.

(B) acelerado durante a comunicação e utilizar linguagem técnica para demonstrar conhecimento.

(C) informal durante a comunicação e utilizar expressões pessoais para se aproximar o interlocutor.

(D) reduzido durante a comunicação e utilizar linguagem espontânea para tornar o atendimento descontraído.

QUESTÃO 28

Leia o caso a seguir.

Um cidadão requer informações a um órgão público e é atendido por um servidor. Durante esse atendimento, a forma como as informações são transmitidas pode influenciar a compreensão da mensagem e a percepção do cidadão sobre a qualidade do serviço prestado.

Nesse contexto, constitui uma prática adequada de comunicação utilizar

(A) predominantemente a comunicação não verbal, priorizando a postura e reduzindo a utilização de palavras nas interações.

(B) a comunicação verbal, evitando expressões faciais e gestos para tornar a interação mais objetiva.

(C) a comunicação não verbal de forma isolada, restringindo-a a gestos e expressões desconsiderando o tom de voz empregado.

(D) palavras claras, combinadas com expressões faciais cordiais, gestos adequados e postura profissional.

QUESTÃO 29

Leia o caso a seguir.

Um cidadão comparece a um órgão público para requerer uma informação e, durante o atendimento na recepção, presencia um conflito entre usuários.

Considerando a importância do relacionamento interpessoal para a qualidade do serviço público, a conduta adequada do profissional diante dessa situação é

(A) manter postura equilibrada, buscar acalmar as partes e orientar conforme as normas institucionais.

(B) ignorar o conflito entre os usuários para evitar o envolvimento em situações alheias ao atendimento.

(C) encaminhar os envolvidos ao superior hierárquico sem fazer nenhuma tentativa inicial de mediação.

(D) advertir os envolvidos de maneira ríspida para restabelecer rapidamente a ordem no ambiente.

QUESTÃO 30

Leia o caso a seguir.

Um cidadão requer informações a um órgão público e, para atendê-lo adequadamente, a recepcionista precisa consultar diferentes setores internos. Diante de orientações divergentes entre os setores, podem surgir retrabalho, dúvidas e reclamações.

Considerando os princípios de relacionamento interpessoal e trabalho em equipe, a conduta adequada da recepcionista é

(A) buscar alinhar as informações com os setores envolvidos, manter comunicação respeitosa e registrar as orientações para uniformizar os atendimentos futuros.

(B) limitar-se ao repasse das informações recebidas, evitando questionamentos internos para preservar a autonomia dos demais setores.

(C) encaminhar todas as dúvidas à chefia superior, suspendendo as orientações ao público até que sejam formalizadas novas normas institucionais.

(D) apresentar ao cidadão as diferentes orientações recebidas, permitindo que ele escolha o procedimento que considerar mais adequado à sua necessidade.

QUESTÃO 31

Leia o caso a seguir.

Um cidadão com deficiência auditiva comparece a um órgão público para requerer uma informação. Durante o atendimento, a recepcionista deve adotar práticas que favoreçam a comunicação, a acessibilidade e o respeito às necessidades específicas do usuário.

Nesse contexto, constitui uma conduta adequada

(A) direcionar o atendimento ao acompanhante da pessoa com deficiência auditiva, sempre que houver alguém presente, para facilitar a comunicação e agilizar a prestação da informação.

(B) interromper o atendimento sempre que o cidadão apresentar alguma dificuldade de comunicação, orientando-o a retornar acompanhado de outra pessoa que possa responder às perguntas.

(C) falar claramente, em velocidade adequada e de frente para a pessoa com deficiência auditiva, favorecendo a visualização dos lábios e das expressões faciais durante a comunicação.

(D) exigir que a pessoa com deficiência auditiva se adapte aos procedimentos convencionais de atendimento, sem realizar ajustes ou oferecer recursos de acessibilidade.

QUESTÃO 32

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece conceitos fundamentais para assegurar a inclusão e a participação da pessoa com deficiência na sociedade. Segundo essa lei, o conceito de acessibilidade corresponde à

(A) possibilidade de acesso aos espaços públicos exclusivamente por pessoas com deficiência, desde que estejam acompanhadas por responsável ou profissional habilitado para garantir sua segurança e autonomia.

(B) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, além de serviços e instalações abertos ao público.

(C) condição que permite à pessoa com deficiência utilizar somente edificações, transportes e equipamentos urbanos adaptados, sem abranger serviços, tecnologias, informações ou sistemas de comunicação.

(D) medida destinada sobretudo à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas existentes em prédios públicos, garantindo a circulação de pessoas com deficiência nos ambientes internos.

QUESTÃO 33

Em um órgão público, a recepção exerce papel importante na organização do atendimento, especialmente no controle de horários, reuniões, compromissos e prazos que envolvem os diferentes setores. Para evitar conflitos de horários, esquecimentos e atrasos, a recepcionista deve utilizar adequadamente a agenda do setor, contribuindo para o planejamento e a organização das atividades. Considera-se prática eficaz de utilização da agenda

(A) registrar atendimentos externos e reuniões com o público, deixando as demais atividades do setor para serem organizadas conforme o surgimento de novas demandas.

(B) registrar compromissos, reuniões, atendimentos e prazos relevantes, permitindo o acompanhamento das atividades e o planejamento adequado da rotina do setor.

(C) utilizar a agenda principalmente para compromissos pessoais dos servidores, mantendo os compromissos institucionais sob responsabilidade de cada setor envolvido.

(D) consultar a agenda em caso de dúvidas ou conflitos de horários, evitando registros antecipados para manter maior flexibilidade na rotina do órgão.

QUESTÃO 34

A recepção de um órgão público contribui para a organização do trabalho ao controlar demandas, encaminhar informações e auxiliar no fluxo de atendimento aos cidadãos. No ambiente de trabalho, a organização

(A) deve concentrar-se na aparência do setor, sem interferir na produtividade ou no desenvolvimento das atividades administrativas.

(B) deve ser de responsabilidade dos gestores, cabendo aos demais servidores cumprir as tarefas determinadas pela chefia.

(C) pode ser dispensada quando houver experiência dos servidores, pois a rotina de trabalho permite que as atividades sejam realizadas sem planejamento ou organização.

(D) pode melhorar a produtividade, facilitar o planejamento das atividades e contribuir para a redução do estresse dos colaboradores.

QUESTÃO 35

A recepção de um órgão público desempenha papel importante no atendimento ao cidadão e no encaminhamento de documentos aos setores responsáveis na Administração Pública, as unidades responsáveis por determinados serviços administrativos são denominadas de Protocolo. Nesse contexto, as atividades de protocolo podem ser definidas como

(A) práticas relacionadas ao planejamento e à gestão de pessoas, buscando organizar equipes, distribuir tarefas e promover melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas.

(B) conjunto de operações que visam ao controle dos documentos produzidos, daqueles em tramitação e dos recebidos pelo órgão ou entidade, assegurando sua distribuição, localização, expedição e recuperação.

(C) procedimentos destinados predominantemente ao arquivamento definitivo de documentos, com a finalidade de preservar os registros administrativos e impedir sua movimentação entre os diferentes setores do órgão.

(D) ações relacionadas principalmente ao atendimento ao público, destinadas a orientar cidadãos, prestar informações sobre serviços e solucionar dúvidas apresentadas durante o atendimento presencial ou telefônico.

QUESTÃO 36

A recepção de um órgão público constitui um importante ponto de contato entre a Administração Pública e o cidadão, inclusive no encaminhamento de informações e comunicações oficiais. Para que essas comunicações sejam adequadas ao caráter público do serviço, o Manual de Redação da Presidência da República estabelece o(a)

(A) emprego de expressões próprias do jargão burocrático, favorecendo a formalidade e a padronização das comunicações administrativas.

(B) utilização de linguagem coloquial, permitindo que as comunicações oficiais se aproximem da forma espontânea de comunicação utilizada pelos cidadãos.

(C) uso da linguagem técnica, desconsiderando o público destinatário ou a finalidade da comunicação oficial.

(D) uso do padrão culto da linguagem, observando a clareza, a formalidade e a compreensão adequada das comunicações oficiais.

QUESTÃO 37

A comunicação oficial é utilizada pelo Poder Público para a elaboração de textos de correspondência, expediente e atos normativos destinados ao atendimento do interesse público. Para assegurar qualidade, uniformidade e adequada compreensão dos textos produzidos pela Administração, o Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás estabelece determinados qualificadores da escrita oficial. Entre eles, estão:

(A) clareza, concisão, correção gramatical e subjetividade.

(B) clareza, concisão, coesão e objetividade.

(C) concisão, coesão, coerência e informalidade.

(D) concisão, objetividade, informalidade e criatividade.

QUESTÃO 38

A Lei Orgânica do Município de Mutunópolis/GO disciplina a organização e o funcionamento dos Poderes Municipais, incluindo as normas referentes ao Poder Legislativo. Nesse contexto, o Poder Legislativo Municipal é exercido

(A) unicamente pelo presidente da câmara, a quem compete representar o Município e exercer as funções legislativas e administrativas.

(B) conjuntamente pela Câmara Municipal e pelo prefeito, que participam, em igualdade de condições, da elaboração das leis municipais.

(C) pela Câmara Municipal, subordinada administrativamente ao Poder Executivo para o desempenho de suas funções legislativas e fiscalizatórias.

(D) pela Câmara Municipal, órgão responsável pelo exercício das atribuições legislativas e das demais competências que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela legislação aplicável.

QUESTÃO 39

A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO tem uma estrutura interna destinada à organização e à condução de seus trabalhos legislativos, e a Mesa Diretora exerce papel fundamental na direção dos trabalhos. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mutunópolis, a Mesa Diretora é composta pelo

(A) presidente e pelo vice-presidente, cabendo aos demais vereadores auxiliar os trabalhos legislativos quando formalmente convocados.

(B) presidente, pelo vice-presidente e pelos líderes das bancadas partidárias, aos quais compete participar da direção dos trabalhos legislativos.

(C) presidente, pelo vice-presidente, pelo primeiro-secretário e pelas comissões permanentes da Câmara, que participam conjuntamente de sua direção.

(D) presidente, pelo vice-presidente e por dois secretários, responsáveis pela direção dos trabalhos e pelo apoio às atividades legislativas da Câmara.

QUESTÃO 40

A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO realiza suas atividades legislativas por meio de diferentes procedimentos e espaços de deliberação. Conforme as normas, as sessões plenárias, fundamentais para essas atividades, constituem

(A) reuniões voltadas para a apresentação de manifestações individuais dos vereadores, sem apreciação ou votação de matérias legislativas.

(B) reuniões administrativas destinadas principalmente à organização interna da Câmara, sem relação direta com a apreciação de projetos e outras matérias legislativas.

(C) foro apropriado para a apreciação e deliberação sobre projetos de lei e outras matérias legislativas ou administrativas, sob a direção da Mesa Diretora.

(D) foro destinado à elaboração de pareceres pelas comissões permanentes, cabendo ao Plenário o registro posterior das decisões tomadas.